

MILITARISMO E PACIFISMO EM EUCLIDES DA CUNHA: O CASO CANUDOS

Leopoldo M. Bernucci

Resumo: O presente ensaio discute duas noções inerentes ao pensamento de Euclides da Cunha: militarismo e pacifismo. Com base na biografia e declarações epistolares do escritor brasileiro, busca-se um modo de compreender o seu posicionamento quanto aos conflitos bélicos em geral e, mais particularmente, à guerra de Canudos. A nossa intenção, ao estabelecermos tal discussão, foi advertir possíveis intérpretes da Guerra de Canudos sobre o risco de, apressada ou imprudentemente, se concluir que Euclides abraçava o militarismo de forma cega ou definitiva. Esperamos que através de nossa análise – elencando certas figuras pacifistas dos séculos XIX e XX e, principalmente, com o apoio dos argutos comentários de José Ortega Gasset sobre as ideias de Max Scheler sobre a guerra – poder-se-á entender melhor a trajetória que percorreu o autor de *Os sertões*, o qual, por um lado, adere-se à ideologia do Exército num primeiro momento de sua vida adulta e, por outro, logo mais tarde renuncia-a para abraçar a das soluções pacíficas ou diplomáticas entre as nações.

Palavras-chave: Conflitos bélicos. Guerra de Canudos. Militaristas. Pacifistas. José Ortega y Gasset. Max Scheler. Euclides da Cunha.

Abstract: This essay discusses two notions inherent to Euclides da Cunha's thought: militarism and pacifism. Based on the biography and epistolary statements of the Brazilian writer, I seek a way to understand his position regarding military conflicts in general and, more particularly, the war in Canudos. My intention, in establishing such a discussion, was to warn possible interpreters of the War of Canudos about the risk of, hurriedly or recklessly, concluding that Euclides embraced militarism blindly or definitively. I hope that through our analysis and by listing certain pacifist figures of the 19th and 20th centuries and, mainly, with the support of José Ortega Gasset's acute comments on Max Scheler's ideas about war – it will be possible to better understand the trajectory which the author of *Os sertões* traveled, who, on the one hand, adheres to the ideology of the Army in an early moment of his adult life and, on the other, soon renounces it to embrace peaceful or diplomatic solutions between nations.

Keywords: War conflicts. War of Canudos. Militarists. Pacifists. José Ortega y Gasset. Max Scheler. Euclides da Cunha.

Simpatizante do exército na sua tenra mocidade, mais por falta de opção que por força de vontade, embora admirando o que a cultura militar pudesse oferecer quanto à ordem, hierarquia, tradição e ao poder, Euclides da Cunha nunca chegou a abraçar o Exército de forma cega e leal. Esteve ligado a essa instituição por quase uma década, de 1886 a 1896, e em seu caso a ligação não significou, como no de outros colegas, oportunismo, nem arrivismo ou perda de sua independência intelectual, fatores que poderiam tê-lo convertido em um mero instrumento das casernas. Como era do seu feitio, chegado o momento de aplicar o seu impecável juízo moral e político a um assunto, tomava ele distâncias e criticava duramente os excessos ou abusos das instituições governamentais, sendo que a das forças armadas não foi a exceção. Por isso, recebeu dela duas repreensões que lhe marcaram a vida: a expulsão temporária do exército em 1888, quando ainda era um jovem rebelde, e o seu afastamento em 1894, por ordem de Floriano Peixoto, para um regime de “exílio” em Campanha, MG. Foi ainda duramente criticado por alguns militares que o atacaram de forma aberta, principalmente, depois da publicação de *Os sertões*, embora ele tivesse passado boa parte de sua vida pública fazendo o possível para não ser mais um deles, mas tampouco parecer que estava contra eles. Este difícil posicionamento, construído sobre as bases de um enorme esforço intelectual e ético, pode ajudar-nos a entender o paradoxo que o perseguia durante a Guerra de Canudos: a colaboração com o Exército era ao mesmo tempo necessária e impossível.

Estou plenamente consciente de que o tema que pretendo tratar nestas poucas páginas é vasto e profundo. Portanto, a minha intenção não é simplesmente esgotá-lo hoje, nem muito menos dar provas de soluções finais para uma cabal compreensão do que significam estes dois *ismos*: militarismo e pacifismo. Sem mais preâmbulo, iniciemos então a nossa reflexão sobre o assunto, propondo, em primeiro lugar, as seguintes indagações:

1. Como em nome do progresso e da civilização a guerra pode ser produtiva?
2. De que maneira uma guerra pode transformar aquela pessoa, que não esteja nela diretamente envolvida, mudando sua identidade e sua maneira de pensar?

3. É possível reconciliar as contradições de um observador, cujas ideais derivam de sua própria experiência como testemunha ocular da guerra e, ao mesmo tempo, a sua aderência à ideologia do Estado que promove esta mesma guerra?

No decorrer deste ensaio tentarei responder a estas três perguntas e colocar outras para serem igualmente pensadas. Creio que o momento em que estamos vivendo, além de ser propício para a presente discussão, exige de nós mais que um posicionamento ideológico; pede também uma postura moral frente a essa guerra brutal e insana que se dá atualmente, desferida pela impiedosa Rússia contra a Ucrânia.

Minhas observações seriam intermináveis se eu tivesse que, a partir delas, tentar apreender o significado incontestavelmente complexo do problema da guerra em geral. No entanto, meu propósito se resume em deixar a descoberto apenas alguns de seus pontos principais. Não pretendo nem espalhar-me ao longo das observações que farei sobre as múltiplas e possíveis causas e consequências de uma guerra, já que isto iria além das minhas possibilidades intelectuais e do limitado espaço que aqui temos; nem desejo esgotar o assunto, posto que do tema sobre as causas e consequências das guerras se ocuparam já grandes e eminentes figuras intelectuais, principalmente nos séculos XIX e XX, como Jean de Bloch, Max Scheler, Herbert George Wells, Gustave Le Bon, José Ortega y Gasset, Julien Benda, William James, Bertrand Russell e outros¹.

Se as discussões em torno dos avatares que a guerra pode provocar concentram-se, por óbvias e práticas razões, no período que acabo de mencionar, houve, no entanto, pensadores na Antiguidade, como Tácito, que já identificavam os seus efeitos desumanos: “sob o falso nome de Império, rouba-se,

¹ Ver Jean de Bloch, “The Wars of the Future”, *The Contemporary Review*, n.º. 80, set.1901, p. 305-332; Max Scheler, *Der Genius des Kriegs und der Deutsche Krieg*. Leipzig: Verlag der Weissen Bücher, 1915; George H. Wells, *The Wars of the World*. London: William Heinemann, 1898; Gustave le Bon, *Enseignements Psychologiques de la Guerre Européenne*. 10^a. ed. Paris: Ernest Flammarion, 1916; Ortega y Gasset, *Obras completas*, tomo II, El Espectador (1916-1941), Madrid: *Revista de Occidente*, 1963, p. 192-223; Julien Benda, *La Trahison des clercs*. Paris: Grasset, 1927; William James. “The Moral Equivalent of War”. Lecture 11. In *Memories and Studies*. New York: Longman Green and Co., 1911), p. 267-296; Bertrand Russell, *Justice in War-Time*. Manchester and London: The National Labor Press, Ltd., c.1916.

aniquila-se, usurpa-se; e onde se faz deserto [o território destruído], dá-se o nome de paz”². A cínica ironia da frase que Tácito emprega não poderia ser também mais perversa. Novamente, *quando um exército transforma o campo de batalha em deserto; ou seja, em ruínas, chamam-no de paz*. Tal ironia nos força a examinar a relação entre deserto e guerra tal como o faz o crítico uruguaio Javier Uriarte no seu livro *The Desertmakers: Travel, War, and the State in Latin America*,³ cujo título se inspira na conhecida frase de Euclides da Cunha (*fazedores de deserto*). Refletindo sobre esta relação, primeiramente, deve-se perguntar: O que significa realmente a *paz*? Com maior precisão: que métodos maquiavélicos são utilizados para alcançar a *paz* que Tácito menciona? Quais esforços precisa fazer um país para alcançar finalmente esta *paz*? A que custo? É legítimo este custo?

Tais interrogações e mais outras, sem dúvida, percorreram a mente de Euclides no período pré-, durante a, e pós-Guerra de Canudos. Mas vejamos como é traçada essa trajetória do pensamento do escritor, começando por entender onde e como suas ideias iniciais se fundam antes desse conflito armado, e daí analisar como através delas se justifica o emprego da força, já que no caso de Euclides está justificativa se ancora no seu repúdio a qualquer forma de fanatismo religioso e no seu forte apego ao ideal civilizatório. Em outras palavras, seria o seu modo de rejeitar, por um lado, tudo aquilo que exsudasse superstição ou religiosidade exacerbada; e por outro, de abraçar as ciências, que no seu entender eram responsáveis pelo progresso dos povos. Portanto, só se pode compreender que para Euclides os sertanejos “constituem o cerne de nossa nacionalidade”,⁴ se os retirarmos do universo das superstições e do fanatismo religioso.

² Publius Cornelius Tacitus, *Dialogus, Agricola, Germania*. Ed. por William Peterson e Maurice Hutton. London: William Heinmann/New York: The MacMillan Co., 1914, p. 221. Esta tradução e as demais ao longo deste ensaio são minhas.

³ Javier Uriarte, *The Desert Makers: Travel, War, and the State in Latin America*. New York: Routledge, 2020.

⁴ Euclides da Cunha, *Os sertões*. 6ª. ed. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices de Leopoldo M. Bernucci. São Paulo: Ateliê, 2022; p. 302. Todas as citações de *Os sertões* no presente ensaio provém desta edição.

Está claro que, a ideia de “civilização” para o autor de *Contrastes e confrontos*, se bem que contaminada de europeísmo e da noção de progresso, carrega ainda uma carga semântica diferente da que normalmente se emprega; quando ele diz em *Os sertões*: “... a raça forte não destrói a fraca pelas armas, esmaga-a pela civilização”;⁵ ou ainda ao usar a expressão “civilização de empréstimo”;⁶ logicamente ele está dando a esse conceito um significado crítico que nos faz perceber o seu questionamento daquilo que se entedia por “civilização” naqueles tempos. Reynaldo Porchat, amigo íntimo do nosso autor, comentando a resenha do crítico Leopoldo de Freitas sobre *Os sertões* publicada no *Diário Popular* (SP) de 16/12/1902, resume em uma frase na sua correspondência a Euclides, as duas faces da sua formação acadêmica: “[o Freitas] Acha que és um Taine e ao mesmo tempo tens uma filosofia *Tolstoiana* no modo de entender a guerra”⁷. E a propósito dessa assertiva sobre Taine, convém relembrar o que Euclides nos deixou nas primeiras páginas de *Os sertões* sobre o historiador francês ao citá-lo, enfatizando o papel do narrador sincero:

ele se irrita contra as meias verdades que são as meias falsidades, contra os autores que não alteram nem uma data, nem uma genealogia, mas desnaturam os sentimentos e os costumes, que conservam o desenho dos acontecimentos mudando-lhes a cor, que copiam os fatos desfigurando a alma: quer sentir-se como bárbaro entre os bárbaros e, entre os antigos, como antigo”⁸.

Como Tolstói que lutou na guerra contra a Chechênia e a Crimeia, quando era jovem e pôde ver *in loco* os seus horrores e, apesar de ser também soldado, recriminou os meios violentos armados, assumindo, portanto, uma atitude de pacifista; como Tolstói que se destacou no mundo da literatura e da historiografia, “Euclides amava a verdade”, conforme escreve Olímpio de

⁵ *Idem*, p. 189.

⁶ *Idem*, p. 277.

⁷ Carta 16/12/1902 de Porchat p/ Euclides. Coleção Olyntho Sanmartin, Biblioteca Nacional, RJ.

⁸ E. da Cunha, *Os sertões*, p. 62-63.

Souza Andrade. Continua o crítico: “[só] poderiam afirmar que a [a verdade] contrariou se, com o seu relato, não se coadunassem os documentos que compulsou, as histórias todas que estamos conhecendo. O mais, as pitadas de imaginação que sem dúvida ele pôs aqui e ali nas suas páginas, não surgem nunca como deturpação” – e eu ainda acrescentaria *nunca deliberada* – “da realidade, porém, como complemento indispensável dela...”⁹.

Formado na Escola Militar do Rio de Janeiro, jovem ainda, com apenas 31 anos na época da guerra, Euclides absorvera ambos, o espírito patriótico e o republicano, de forma esperada e lógica também para todos aqueles de sua formação e geração. No seu *Diário* ou caderneta de campo, vemo-lo emitindo tais enunciados sobre a guerra nos seus primeiros apontamentos:

Em breve pisaremos o solo aonde a República vai dar com segurança o seu último embate aos que a perturbam¹⁰.

[...] o morteiro Canet, um belo espécimen de artilharia moderna¹¹.

A campanha em seu termo embora, assume uma feição racional, regulárrissima – de resultados positivos, que se traduzirão em próxima vitória ainda quando, o que não é provável, revivesse o inimigo com a primitiva pujança¹².

Se condensarmos essas três afirmativas teremos: um ex-militar, amante da nova República e admirador da moderna artilharia, e que ainda aposta, todavia com certas reservas também, na vitória das forças armadas. Contrária a essa visão um tanto lisonjeira do exército, virá logo o seu prematuro desencanto com a República, a qual ele tanto ansiou. É sintomática essa decepção com um regime de governo ditatorial, como o foi tanto o de Deodoro da Fonseca como o de Floriano Peixoto, registrada em sua confissão por carta de junho de 1903 a Lúcio de Mendonça:

⁹ Olímpio de Souza Andrade, *História e interpretação de “Os Sertões”*. São Paulo: Edart, 1960, p. 293.

¹⁰ Euclides da Cunha, *Canudos (Diário de uma Expedição)*. Introd. de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editores, 1939; p. 6.

¹¹ *Idem*, p. 5.

¹² E. da Cunha, *Os sertões*, p. 17.

Não se surpreenda com o desejo de conhecer tais pormenores, por parte de quem, (estudante militar e formando-se precisamente na época em que – em pleno poder – nos colocava acima de todos os homens deste país) devia-os conhecer perfeitamente. Explico: naquela quadra não calculei bem a situação; vi no homem [Floriano] apenas um dos muitos *soldats heureux* que entram estonteadamente na história. Além disto fui sempre um tímido; nunca perdi esse traço de filho da roça que me desequilibra intimamente ao tratar com quem quer que seja. Daí o ter perdido¹³.

Contudo, a verdadeira mudança do seu modo de pensar, afastando-o do militarismo, já havia começado mesmo antes de Euclides estar em Canudos. Basta uma rápida consulta a um dos dois artigos intitulados “A nossa vendêa”¹⁴, ambos publicados no mesmo jornal no ano da guerra, para constatar, entre outras ocorrências, aquela que em princípio louvava o heroísmo dos soldados e que, paulatinamente, depois, já em *Os sertões*, vai dando lugar ao heroísmo surpreendente dos sertanejos¹⁵. Outra ainda, a da opinião encomiástica, que ele inicialmente mantinha sobre a disciplina incoercível das tropas do exército e estratégia europeia de guerrear, seria substituída pelas críticas do seu fracasso nestes mesmos quesitos e no da morosidade das operações militares, contra-arrestando com os ganhos que os sertanejos acumulavam por adotarem uma tática rudimentar, porém eficaz e adequada ao meio-físico do campo da guerra¹⁶.

Já estando em Canudos, a visão negativa que Euclides tinha dessa guerra se converteria, sob outros aspectos, em crítica mordaz da deserção dos soldados¹⁷. Porém, algo curioso passa: ao mesmo tempo que se faz esta crítica aos soldados, Euclides lhes toma emprestado a voz de protesto, como um ventríloquo, para demonstrar a sua própria repulsa, lançando nas páginas do

¹³ Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia, Salvador, ano 27, n. 46, 1920, p. 155-157.

¹⁴ O Estado de S. Paulo, 17/7/1897.

¹⁵ E. da Cunha, *Os sertões*, p. 285, 357-358, 672.

¹⁶ *O Estado de S. Paulo*, “A nossa vendêa”, 17/7/1897.

¹⁷ E. da Cunha, *Canudos e inéditos*. Introd. e org. de Olímpio de Souza Andrade. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967, p. 89.

seu *Diário*¹⁸ e depois nas de *Os sertões* o grito de revolta abafado na escritura hieroglífica daqueles “palimpsestos ultrajantes” que as tropas deixaram:

E em toda a parte – a partir de Contendas – em cada parede branca de qualquer vivenda mais apresentável, aparecendo rara entre os casebres de taipa, se abria uma página de protestos infernais. Cada ferido, ao passar, nelas deixava, a riscos de carvão, um reflexo das agruras que o alanceavam, liberrimamente, acobertando-se no anonimato comum. A mão de ferro do exército ali se espalmara, traçando em caracteres enormes o trecho do drama; fotografando, exata, naquelas grandes placas, o fâcies tremendo da luta em inscrições lapidares, numa grafia bronca, onde se colhia em flagrante o sentir dos que o haviam gravado. Sem a preocupação da forma, sem fantasias enganadoras, aqueles cronistas rudes deixavam por ali, indelével, o esboço real do maior escândalo da nossa história – mas brutalmente, ferozmente, em pasquinadas incríveis – libelos brutos, em que se casavam pornografia revoltantes e desesperanças fundas, sem uma frase varonil e digna. A onda escura de rancores que rolava na estrada chofrava aqueles muros, entrava pelas casas dentro, afogava as paredes até ao teto... [...] E a empresa perdia repentinamente a feição heroica, sem brilho, sem altitude. Os narradores futuros tentariam em vão velá-la em descrições gloriosas. Teriam em cada página, indestrutíveis, aqueles palimpsestos ultrajantes¹⁹.

O filósofo e pensador espanhol José Ortega y Gasset, em comentário singular à primeira guerra mundial a propósito de uma resenha do livro de Max Scheler, *O gênio da guerra e a guerra alemã* (1915)²⁰, entre outras razões nos convida a aceitar a teoria de que uma guerra não se faz somente porque alguém ou um grupo minoritário no poder possa assim decidir sobre ela. Não, diz o filósofo, se a guerra ocorre é porque o povo como um todo é responsável também por ela e é justamente este povo que a habilita ou a endossa por não se

¹⁸ Idem, p. 91: “[...] nas paredes brancas sobre a brancura da cal, a traços de carvão, numa caligrafia hieroglífica, ostentava-se a *verve* áspera e característica dos soldados; todos os batalhões colaboraram na mesma página. Uma página demoníaca: períodos curtos, incisivos, assombrosos, arrepiadores, espetados em pontos de admiração maiores do que lanças...”.

¹⁹ E. da Cunha, *Os sertões*, p. 619-620.

²⁰ Traduzo aqui a obra já citada do autor: *Der Genius des Kriegs und der Deutsche Krieg*.

dar ao trabalho de meditar seriamente sobre as suas causas e efeitos. Vejamos esta noção em Euclides:

Porque – consideremos o fato sob o seu aspecto real – o que se está destruindo neste momento não é o arraial sinistro de Canudos: – é a nossa apatia enervante, a nossa indiferença mórbida pelo futuro, a nossa religiosidade indefinível difundida em superstições estranhas, a nossa compreensão estreita da pátria, mal esboçada na inconsistência de uma população espalhada em país vasto e mal conhecido; são os restos de uma sociedade velha de retardatários, tendo como capital a cidade de taipa dos *jagunços*...²¹

Scheler pensava, inicialmente, que era possível justificar a guerra, baseando-se no aspecto de sua *genialidade*, tal como ele a definiu. Genialidade porque ele entendia que a guerra era “um veículo para a realização de valores espirituais mais profundos” com o fim último de se preservar uma cultura²². Na sua defesa, ele estava pensando no caso da Alemanha que deveria defender-se diante da ameaça imperialista da Inglaterra e da Rússia. Declara ainda que “[...] o exercício da violência com seus resultados de massacres, etc., que é onde se detém preferentemente a interpretação naturalista da guerra, não forma o núcleo desta: é somente sua manifestação, medida e sinal das energias da vontade que entram em conflito”²³. Continua o pensador alemão:

Na guerra se luta por algo superior à existência: é a luta pelo poder e por tudo aquilo que deste poder depende e com ele coincide – a *liberdade política*. Por isto, não são guerras aquelas ações de extermínio levadas a cabo contra os indígenas e os negros. Estas, sim, são com efeito, *caça* de uma espécie a outra. A verdadeira guerra não busca o aniquilamento de agrupações humanas naturais, e sim um novo reparte do poder espiritual coletivo sobre as unidades naturais²⁴.

²¹ E. da Cunha, *Canudos e inéditos*, p. 70.

²² Zachary Davis, “The Values of War and Peace: Max Scheler’s Political Transformations”, *Symposium*, vol. 16, nº. 2, outono de 2012, p. 141.

²³ Ortega y Gasset, p. 195.

²⁴ *Idem*, p. 195.

Euclides atinou muito bem com essa maneira de pensar de Scheler ao reconhecer que o que se deu em Canudos foi uma verdadeira caça por um exército mal preparado e genocida. Todavia, para ironizar estes aspectos negativos de tal perseguição, cria uma metáfora cinegética de sentido inverso, quando n'Os sertões declara que agora: “a caça [o sertanejo] caçava o caçador [o soldado]”²⁵.

Ortega y Gasset reelabora essas ideias de Scheler buscando compreender que “a guerra terá uma origem vital, mas certamente oposta à que se supõe reger a existência animal. Não é a fome, mas todo o contrário, a abundância, a sobra de energias, o que suscita a guerra”²⁶. No nosso caso brasileiro, a Guerra de Canudos veio para reafirmar o que o Estado quis ser, mas nunca pôde ser, depois do Segundo Reinado: um Estado consolidado e forte. Daí que que “essa energia do Estado [republicano] só pôde manifestar-se na guerra”²⁷. De modo que os períodos de paz, conclui Scheler de maneira paradoxal, tornam-se possíveis graças aos períodos de guerra. *Qui desiderat pacem, praeparet bellum* (Quem quiser paz, que se prepare para a guerra) disse certa vez o historiador romano Flávio Vegécio,²⁸ e, anos depois do conflito armado em Canudos, seria justamente este o lema do Barão do Rio Branco para justificar a expansão da esquadra e o melhor aparelhamento do exército brasileiro durante as tensões diplomáticas entre a Argentina e o Brasil em 1908. Nestas como sabemos, terminou involucrado Euclides, chegando a ponto de ser comparado a Dreyfus, naquilo que ficou sendo conhecido como o “embrulho argentino”²⁹.

O pensador espanhol está convencido de que é “impossível de forma racional substituir a guerra por litígios jurídicos que se dirimam, segundo as normas do direito objetivo”³⁰. Assim, “a guerra transcende a ordem jurídica,

²⁵ E. da Cunha, *Os sertões*, p. 582.

²⁶ Ortega y Gasset, p. 195.

²⁷ *Idem*, p. 219.

²⁸ “*Epitoma Rei Militaris* [Book 3]”

²⁹ Marleine Paula M. e F. de Toledo, *Relações internacionais em Euclides da Cunha*. São Paulo: Nankin/Inst. Cultural, 2012, p. 184.

³⁰ Ortega y Gasset, p. 195-196.

ao contrário de um pleito³¹. E a conclusão a que podemos chegar é a da sua insanidade, da sua irracionalidade como sugeri no início desta exposição.

O ponto de inflexão da consciência euclidiana com respeito à sua visão prática e já não teórica sobre a guerra, como já vimos, dá-se justamente de modo patente ao despertar esta mesma consciência para os efeitos desumanos e criminosos observados por ele em Canudos. Será essa mesma perspectiva grotesca e imoral da guerra que anos mais tarde, no contexto de um conflito armado eminente, que por sorte não ocorreu, entre Peru e Brasil no início do século XX, o fará afirmar que a guerra “[n]ão é Marte, é Saturno”³². Selar esta imagem mitológica da devoração ou extinção dos próprios filhos pelo pai, como fez Hesíodo ao narrar a lenda desse deus-titã, interessa a Euclides na medida em que o escritor fluminense nos alerta que a guerra como tal, ademais da sua interpretação direta como *infanticídio*, no caso do mito, significa também um *fratricídio*. A guerra de Canudos não poderia ter tido melhor imagem: de forma absurda os filhos da Pátria (e, como sabemos, *pátria*, do latim *pater* quer dizer *pai*) são destruídos por este mesmo pai ou essa mesma pátria durante uma verdadeira guerra civil como o Brasil nunca tinha visto antes deste conflito. E vejamos ainda mais o conceito euclidiano de *pátria* para os soldados:

Viam-se em terra estranha. Outros hábitos. Outros quadros. Outra gente. Outra língua mesmo, articulada em gíria original e pinturesca. Invadiam o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil. A separação social completa dilatava a distância geográfica; criava a sensação nostálgica de longo afastamento da pátria³³.

Visto, então, o fenômeno pelas lentes dos expedicionários, resta perguntar: realmente, estariam eles no mesmo país que seus inimigos? Nada como estar na região, como observador arguto que Euclides incontestavel-

³¹ *Idem*, 196.

³² E. da Cunha, “Contra os caucheiros”. In: *Contrastes e confrontos*, Porto: Empresa Litteraria e Typographica – Editora, 1907, p. 144.

³³ E. da Cunha, *Os sertões*, p. 677.

mente foi, para perceber também sob outra ordem fenomenológica agora, a da flora dos sertões, o choque entre a teoria e a prática. É essa outra confissão de Euclides sobre a diversidade das plantas que formam as caatingas a que traduz também a sua mudança de perspectiva quanto à guerra, aproximando-o assim do pacifismo:

Um quadro absolutamente novo; uma flora inteiramente estranha e impressionadora capaz de assombrar ao mais experimentado botânico. De um [Humboldt], sei eu, que ante ela faria prodígios. Eu, porém, perdi-me logo, perdi-me desastrosamente no meio da multiplicidade das espécies e atravessando, supliciado como Tântalo, o dédalo das veredas estreitas, ignorante deslumbrado – nunca lamentei tanto a ausência de uma educação prática e sólida e nunca reconheci tanto a inutilidade das maravilhas teóricas com as quais nos iludimos nos tempos acadêmicos³⁴.

Este despertar de consciência para a dimensão empírica da vida tinha já se dado há mais de dois anos como demonstra o trecho de sua correspondência ao velho amigo João Luiz de Campanha, MG. Nessa carta de 26/ 9/ 95, Euclides escreve:

Por aí já vêes que a minha atividade intelectual agora converge toda para os livros práticos – deixando provisoriamente de lado os filósofos, o Comte, o Spencer, o Huxley, etc. – magníficos amigos, por certo, mas que afinal não nos ajudam eficazmente a atravessar esta vida cheia de tropeços e dominada quase exclusivamente pelo mais ferrenho empirismo³⁵.

Tendo em conta todas essas considerações até agora apresentadas, chegou o momento de se perguntar se seria utópica a noção de pacifismo. Para começar, como seres humanos estaríamos nós condenados à violência já que, como se demonstrou, para que haja paz é necessário também que haja guerra? E o que dizer desse outro conceito que predominou durante boa parte da nossa

³⁴ E. da Cunha, *Canudos e inéditos* (Queimada, 1º. de setembro de 1897), p. 91.

³⁵ Walnice Nogueira Galvão e Oswaldo Galotti. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1997, p. 84-85.

história colonial – a *guerra justa*? Conceito que justificava a defesa das tropas espanholas e portuguesas na América, empregado nos debates jurídicos sobre a luta armada contra nossos povos indígenas quando estes atacavam, em regime de defesa evidentemente, essas mesmas tropas. A propósito, pergunta-se Ortega y Gasset: “Que é justa uma guerra defensiva, ninguém poderá negar. Mas, está tão claro este conceito de defesa?” num contexto em que os povos que supostamente atacam “vivem no seu interior uma vida jurídica que a sensibilidade europeia considera bárbara?”³⁶.

No caso da Guerra de Canudos, essa provocação ou ofensiva, que geralmente se traduz como o estopim de qualquer conflito armado, foi aceso por qual das hostes? Pelas forças policiais ou mais tarde pelo exército? Ou pelos sertanejos armados que acompanhavam Antônio Conselheiro e que aparentemente já tinham se imbuído do espírito e das características concretas das milícias (por ex.: a Guarda Católica)? Estas perguntas, difíceis de serem respondidas, certamente pediriam aos nossos historiadores muitas horas de pesquisa e páginas e mais páginas de relatos sobre o início dessa guerra. É bom lembrar, como alguns dos nossos colegas que têm se debruçado sobre esse assunto, que o tema é intrincado pois envolve também a história do cangaço no Nordeste, a relação entre latifundiários e camponeses, e, o papel ambivalente da Igreja Católica no lidar com questão tão delicada e de extrema importância para a preservação da paz no sertão.

Scheler ainda nos recorda que “se assistisse a razão aos que desde essas instâncias a [a guerra] repelem formalmente, seja partindo da ideia de justiça, seja do mandamento do amor, por débil e imperceptível que fosse sua voz, por ineficaz que resultasse diante das forças que em toda guerra fazem sua renovada aparição, a guerra estaria condenada. Estaria condenada”, acrescenta o filósofo alemão, “mesmo quando ela fosse a única garantia do perfeccionismo biológico da humanidade; estaria ainda condenada quando víssemos nela o poder criador da cultura mais forte de todos os históricos”³⁷.

³⁶ Ortega y Gasset, p. 207-208.

³⁷ *Idem*, p. 201.

Para Scheler, num primeiro momento, conceitos como desenvolvimento e crescimento lhe servem para afirmar que nestes estão as verdadeiras raízes da guerra: “As guerras não são dirigidas contra indivíduos, mas contra Estados. [...] O seu fim principal é desarmar o Estado inimigo ou de seu governo, não a matança de homens. [...] Isto bastaria para diferenciar completamente a guerra do assassinato”³⁸. Segundo o pensador alemão, a Morte num conflito bélico é cavalheiresca, ao passo que num assassinato é um ato vulgar³⁹. Está claro que, no contexto bélico, a noção da Vida que se autosacrifica para depois surgir novamente renovada está na base do espírito daquela Alemanha que lamentavelmente iria desembocar no Nazismo. Mas, felizmente, como muitos alemães, Scheler, suspeitoso, começou a questionar a guerra e a demonstrar sua repulsa com respeito a ela.

Chegamos agora a um ponto fundamental sobre a guerra como um fato a ser aceito e o suposto direito de guerrear. Tal questão, nos diz Ortega y Gasset, não tem sido abordada suficientemente ainda pelos estudiosos. Infelizmente, este assunto “[s]omente tem encontrado políticos, de um lado ou de outro, que têm contribuído a embaçá-la ainda mais”⁴⁰.

Ao contrário do filósofo espanhol, Euclides da Cunha não chegou a contemplar a contraposição entre *guerra* e *direito*, se bem que o escritor fluminense tampouco deixou de pensar que a *barbárie* da guerra não deve cegar-nos para a *justiça* da guerra⁴¹. Vejamos o porquê dessa aderência a tal ideia. “Quando o Estado vence com o *Mauser* um motim ou uma sublevação, a pessoa mais sensível lamenta o fato, mas não porque este a repugna. Por que é assim?” se pergunta Ortega y Gasset⁴². E responde ele que se trata de “uma violência *justificada*”. “O não sentir repulsa, procede da clareza racional, cultural, da norma jurídica que invoca”⁴³. Enquanto nós seres humanos “não estatuirmos um

³⁸ *Idem*, p. 201.

³⁹ *Idem*, p. 202.

⁴⁰ *Idem*, p. 206.

⁴¹ *Idem*, p. 210.

⁴² *Idem*, p. 211.

⁴³ *Idem*, p. 211.

claro e bem fundado sistema do direito à guerra”,⁴⁴ “todo [e qualquer] esforço pacifista será estéril”⁴⁵. Já podemos notar como o argumento em torno de conflitos bélicos pode transitar entre a esfera jurídica e a esfera moral. Justamente, é nesta última em que se insere Euclides para demonstrar sua repugnância concernente a este tipo de luta bélico. Esta repulsa, diga-se de passagem, vai crescendo à medida que o nosso autor reflete cada vez mais sobre tais questões ao longo de sua curta vida.

Entretanto, novamente, já cedo se constata em Euclides a sua objeção taxativa ao emprego da força e das armas sugerido pelo senador cearense João Cordeiro a propósito da tentativa de alguns opositores do regime de dinamitar a redação do jornal florianista *O Tempo*. Euclides combate veementemente a sugestão de represália de Cordeiro de fuzilar sumariamente os responsáveis pelo atentado ou dinamitar as prisões onde estes se encontravam, localizadas na Ilha da Cobras. É assim como o nosso autor defende o Estado democrático, com argumentos jurídicos, ou seja, a aplicação da lei e não da força bruta em uma de suas duas cartas publicada na *Gazeta de Notícias* (RJ) do dia 20/2/1894⁴⁶:

Não sei que modalidades deva assumir a minha linguagem para fazer compreender aos que comigo lutam pela mesma causa, com sentimentos diversos, que também condeno inexoravelmente a turbamulta perigosa que irrompe atualmente do seio de todas as sociedades, planejando o mais condenável ataque a todo o capital humano e tentando macular, cobrir com uma fumaçada de incêndio o vasto deslumbramento do nosso século. Por isto mesmo que os condeno, é que entendo que eles devem cair esmagados pela reação de todas as classes; mas por isto mesmo que odeio os seus meios de ação, repilo-os, entendendo que a reação pode perfeitamente, com maior intensidade, defluir da serenidade vingadora das leis.

É necessário que tenhamos a postura corretíssima dos fortes. Não é in-

⁴⁴ *Idem*, p. 211.

⁴⁵ *Idem*, p. 212.

⁴⁶ Ver Frederic Amory, *Euclides da Cunha: Uma Odisseia nos Trópicos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009, p. 82. A outra carta é do dia 18/2/1894.

vadindo prisões que se castigam criminosos. Nada mais falível e relativo do que esta justiça humana, condecorada pela metafísica com o qualificativo de absoluta. [...] Além disto, se existem a caso dinamitistas nas prisões, que necessidade temos nós, que somos fortes, de descermos até onde eles desceram, utilizando-nos das mesmas armas?

Este tipo de *j'accuse* na escritura de *Os sertões* é fartamente conhecido, mas vale a pena relembrar a forma como Euclides expressa sua frontal repulsa pelos motivos e métodos da guerra:

‘Tínhamos valentes que ansiavam por essas covardias repugnantes, tácita e explicitamente sancionadas pelos chefes militares. Apesar de três séculos de atraso os sertanejos não lhes levavam a palma no estadear idênticas barbaridades’⁴⁷.

‘A degolação era, por isto, infinitamente mais prática, dizia-se nuamente. Aquilo não era uma campanha, era uma charqueada. Não era a ação severa das leis, era a vingança. Dente por dente’⁴⁸.

Como vimos anteriormente, cativado por um certo orgulho cultural dos tempos da Escola Militar, revestido de um patriotismo ainda pululante, Euclides abandona o seu entusiasmo pela guerra ao encará-la de forma dramática, e deve-se frisar, da perspectiva moral. No plano racional, ele, que a longo de toda sua vida admoestou atos de violência, tanto no círculo das convivências pessoais como no do exército, teria que ter chegado às conclusões a que chegou, inevitavelmente, para então dar-nos um testemunho de sua inexorável censura às agressões armadas por parte do exército em Canudos. No plano irracional, a sua opção de acatar um modo violento para resolver um problema familiar que lamentavelmente terminou com sua vida, responderia somente a esse estado mental, tão contrário ao primeiro, definido este, por um equilíbrio de ideias lógicas e claras, totalmente contrárias aos ímpetos ou impulsos da irracionalidade.

Sob o aspecto existencial de Euclides, o seu drama foi, em todo caso, esforçar-se para adequar o olhar científico lançado sobre a guerra e o ideal de civilização e progresso – tão caros ao escritor e a seus pares da época – à visão humana, solidária que vinha do seu coração de homem e artista sensível,

⁴⁷ E. da Cunha, *Os sertões*, p. 727.

⁴⁸ *Idem*, p. 734.

movido pelo descabro em que viviam aqueles seres ignorados pelos nossos governos cegos às populações interioranas do Brasil.

Será justamente com essa mirada clara e essa consciência lúcida que Euclides mais tarde, novamente, virá se defrontar com a noção de guerra, neste caso um conflito armado iminente ou prestes a eclodir entre peruanos e brasileiros no território amazônico por volta de 1905. Vejamos os seus comentários que fazem parte do ensaio “Contra os caucheiros”, publicado em *Contrastes e confrontos*:

A remessa de sucessivos batalhões para o Alto Purus – movimento de armas recordando um começo de guerra declarada – parece uma medida elementar de previdência.

É um erro. Não implica apenas o desfalecido das nossas finanças, nem se limita a projetar, de golpe, um brilho perturbador de baionetas no meio de um debate diplomático; vai além: prejudica de antemão a campanha provável e torna desde já precária a defesa das circunscrições administrativas criadas pelo Tratado de Petrópolis.

Estas afirmativas parecem paradoxais, e vão muito ao arrepio da corrente geral da opinião revoltadíssima contra esse Peru – tão fraco diante da nossa própria fraqueza. Mas são demonstráveis. Está passado o tempo em que a honra e a segurança das nacionalidades se entregavam, exclusivamente, ao rigor das tropas arregimentadas⁴⁹.

Não encontro melhor voz que a de Antonio Candido para auxiliá-
-nos na compreensão do extraordinário legado literário que nos deixou Euclides. Diz o saudoso mestre em um ensaio de *Vários escritos*: “Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da arte dramática”⁵⁰. Aqui devemos incluir também o gênero que melhor se adapta à produção literária do autor de *Os sertões*: o ensaio. “A literatura”, continua o crítico, “confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso é indispensável tanto a literatura sancio-

⁴⁹ E. da Cunha, *Contrastes e confrontos*, p. 141.

⁵⁰ Antonio Candido, “O direito à literatura”. In: *Vários escritos*. 5. ed., Rio de Janeiro: Outro Sobre Azul, 2014, p. 175.

nada quanto a literatura proscrita; a que os poderes sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominante⁵¹.

Para concluir, é necessário repetir o já dito acima, isto é, que as observações feitas por nós até agora almejam apenas uma introdução a assunto tão abstruso como é o caso da luta armada. Nunca fui – e não é esta a ocasião em que deveria dissimular tal postura – um admirador sem reservas de Euclides da Cunha. Mas reconheço sempre nele – inclusive naqueles momentos em que me sinto mais distante da sua ideologia racial – um temperamento prodigiosamente dotado de energia mental e física para dar ao nosso país um impulso capaz de despertá-lo do obscuro remanso em que vivia grande parte do Brasil daquela época. Para concluir, então, nada mais justo do que retornarmos a *Os sertões*, buscando nesta grande obra, afinal, mais uma citação cujo conteúdo, acredito, condensa os pontos aqui levantados:

A história militar é toda feita de contrastes singulares. Além disto, a guerra é uma coisa monstruosa e ilógica em tudo. Na sua maneira atual é uma organização técnica superior. Mas inquinam-na todos os estigmas do banditismo original. Sobranceiras ao rigorismo da estratégia, aos preceitos da tática, à segurança dos aparelhos sinistros, a toda a altitude de uma arte sombria, que põe dentro da frieza de uma fórmula matemática o arrebentamento de um *shrapnel* e subordina a parábolas invioláveis o curso violento das balas, permanecem – intactas – todas as brutalidades do homem primitivo. E estas são, ainda, a *vis a tergo* dos combatentes⁵².

Recebido em 20 de novembro de 2022.

Aceito em 15 de dezembro de 2022.

⁵¹ *Idem*, p. 175.

⁵² E. da Cunha, *Os sertões*, p. 379-380.